



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(2º R AUTO MTR DE CAV/1943)
(REGIMENTO MARECHAL JOSÉ PESSOA)**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2019
(Processo Administrativo n.º 80912.006019/2019-34)**

1. DO OBJETO

1.1. Cessão de uso, mediante sublocação de área física, a título oneroso e pecuniário, localizada o interior do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, com área perfazendo um total de 26,32m², para exploração dos serviços de lanchonete. Destinado ao funcionamento de atividade de apoio:

| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | Valor Estimado do Cardápio |
|---|-----------------------------------|
| Cessão de uso de área de imóvel jurisdicionado ao 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, com as dimensões: apresenta 4,50 x 5,85m, totalizando 26,32m², situada no 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado e destinada a instalação de uma cantina. | R\$ 178,22 |

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de cantina

1.3. A licitação será processada por grupo, objetivando-se a ampliação da competitividade, economia de escala e o melhor gerenciamento contratual

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5. A indicada é destinado à exploração de serviços de lanchonete, cessão de uso a título oneroso, conforme o inciso III do art. 12 do decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, atividade de apoio, sendo vedada qualquer outra destinação.

1.6. a adjudicação deste certame será realizada pelo menor valor dos serviços prestados, conforme Parecer Plenário Nº 001/2016/CNU/DECOR/CGU/AGU, de 22 de junho de 2016.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com um público diário efetivo em torno de 500 (quinhentos) militares, o 12º R C Mec necessita constantemente da disponibilidade de apoio de lanchonete.

2.2. Os serviços de lanchonete visam atender às necessidades do público interno e visitantes num espaço acessível, de forma que não seja necessário que este público se ausente das

instalações do 12º R C Mec. Tal serviço é de fundamental importância para as atividades para facilitar o acesso à alimentação.

- 2.3.** Importante ressaltar ainda que os serviços proporcionam qualidade de vida aos militares, assim como a vantagem de adquirir lanches a preços acessíveis, visto que a empresa vencedora será aquela que fornecer o menor preço global do cardápio especificado no item 8.4.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1. Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade e podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. Esta licitação será conduzida na modalidade pregão eletrônico, na forma de menor preço dos serviços prestados, conforme Parecer Plenário Nº 001/2016/CNU/DECOR/CGU/AGU, de 22 de junho de 2016.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados por empresa especializada no ramo de restaurante e lanchonete na preparação e distribuição de alimentos de segunda-feira à sexta-feira das 8 horas até as 18 horas e aos sábados e domingos das 10 horas até as 16 horas, sem abrir nos feriados.
- 4.2. O atendimento deverá ser realizado nas dependências destinados à cessão de uso, no horário de funcionamento estipulado.
- 4.3. A CONTRATADA deverá manter afixado no espaço do restaurante e lanchonete a tabela de preços dos produtos oferecidos e especificados no subitem 8.4.
- 4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar aos usuários no espaço do restaurante e lanchonete, em qualidade adequada, os materiais relacionados abaixo:
 - 4.4.1. Saches de sal;
 - 4.4.2. Saches de açúcar;
 - 4.4.3. Saches de Ketchup;
 - 4.4.4. Saches de mostarda;
 - 4.4.5. Saches de maionese
 - 4.4.6. Palitos em embalagens individuais;
 - 4.4.7. Guardanapos de papel em suportes;
 - 4.4.8. Copos descartáveis;
 - 4.4.9. Dispenser de álcool em gel para higienização das mãos.
- 4.5. A CONTRATADA é responsável pela manutenção dos equipamentos, reposição de suprimentos, peças e utensílios para plena execução dos serviços ofertados, eximindo a Administração do 12º R C Mec.
- 4.6. As condições de pagamento (prazo e forma) serão acordadas diretamente entre a contratada e o consumidor, sendo que eventuais cobranças, judiciais ou extrajudiciais, serão efetuadas, única e exclusivamente, em face dos consumidores que contratarem serviços junto ao cessionário, não recaindo sobre a administração do 12º R C Mec qualquer responsabilidade, direta ou indireta; subsidiária ou solidária.
- 4.7. O cessionário deverá cumprir as normas sanitárias em vigor, relativas a atividade e ,também, as disposições normativas, no que couber, da Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/91), além do Decreto nº 5940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
- 4.8. A contratante poderá solicitar análise laboratorial, físico-química e microbiológica, de amostras de alimentos sob suspeita de contaminação devendo a CONTRATADA arcar com ônus proveniente da emissão de laudo microbiológico.
- 4.9. O cessionário se responsabilizará pelos serviços de limpeza das instalações e de toda a área a ser cedida, bem como da perfeita higienização dos materiais utilizados na prestação do serviço.
- 4.10. É vedado o fornecimento, a qualquer título, de bebida alcoólica de qualquer natureza e cigarro nas dependências do restaurante e lanchonete.

- 4.11. Os funcionários só poderão circular na área de preparação dos lanches devidamente uniformizados e com proteção para cabelos e a higiene pessoal adequada e de acordo com a legislação vigente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Disponibilizar funcionários uniformizados, qualificados para a realização dos serviços e maiores de 18 anos.
- 5.2. Realizar benfeitorias e adaptações que julgar necessárias para o funcionamento da lanchonete, mediante autorização da CONTRATANTE, ficando incorporadas ao imóvel, sem que assista à CONTRATADA o direito de retenção ou indenização sob qualquer título.
- 5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08:30 horas às 11:30 horas e 14 horas às 16:30 horas.
- 6.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*
- 6.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*
- 6.3. *A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*
- 6.4. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 7.1.1. Balcão expositor para salgado;
- 7.1.2. Forno micro-ondas;
- 7.1.3. Freezer;
- 7.1.4. Máquina de café;
- 7.1.5. Forno elétrico ou a gás;
- 7.1.6. Mesas e Cadeiras
- 7.1.7. Talheres plásticos e em aço;
- 7.1.8. Materiais para limpeza e higienização;

7.1.9.Lixeiras.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O espaço físico a ser explorado pela CONTRATADA possui as seguintes características: 01 (um) restaurante e lanchonete, como atividade de apoio, com área individual total de 26,32m².

8.2. Laudo Avaliação 74/2018 que integra o processo.

8.3. Efetivo em média 500 militares podendo diminuir em períodos de operações e baixas.

8.4. O cardápio mínimo a ser disponibilizado pela contratada é composto de produtos, conforme o grupo abaixo:

| Item | Descrição/ Especificação | PASTELÂNDIA | REDS BUFFET | IR ID LANCHONETE | SANTOS E PY LTDA | PADARIA URUGUAI LTDA | SUPERMERCADO PARAISO | ELERTE MERCADO SANTA | BORGES MINI MERCADO J.C | EL CHIVITO DE ORO | BIG BURGUER | DELICIA'S LANCHES | MÉDIA |
|------|---------------------------------------|-------------|----------------|---------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------|----------------|----------------------|-----------|
| 1 | Água mineral, com gás, garrafa 1,5 lt | | | R\$ 4,00 | R\$ 6,00 | | R\$ 2,60 | R\$ 3,75 | R\$ 3,15 | | | | R\$ 3,90 |
| 2 | Água mineral, sem gás, garrafa 1,5 lt | | | R\$ 4,00 | R\$ 6,00 | | R\$ 2,90 | R\$ 3,50 | R\$ 3,05 | | | | R\$ 3,89 |
| 3 | Água mineral, com gás, garrafa 500 ml | R\$ 2,00 | R\$ 3,00 | R\$ 2,50 | R\$ 2,50 | R\$ 2,00 | R\$ 1,35 | R\$ 1,50 | R\$ 1,15 | | | | R\$ 2,00 |
| 4 | Água mineral, sem gás, garrafa 500 ml | R\$ 2,00 | R\$ 3,00 | R\$ 2,50 | R\$ 2,50 | R\$ 2,00 | R\$ 1,15 | R\$ 1,25 | R\$ 1,05 | | | | R\$ 1,93 |
| 5 | Água Tônica, lata 340 ml | | | R\$ 3,50 | R\$ 3,50 | | R\$ 2,70 | | R\$ 2,90 | | | | R\$ 3,15 |
| 6 | Alaminuta Bife carne de gado | R\$ 22,00 | R\$ 30,00 | R\$ 16,00 | | | | | | R\$ 33,00 | | | R\$ 25,25 |
| 7 | Bala, sabores diversos, 4 gr | | | R\$ 0,10 | R\$ 0,15 | R\$ 0,10 | | | | | | | R\$ 0,12 |
| 8 | Bauru Salada | | R\$ 21,00 | | R\$ 14,50 | | | | | R\$ 14,00 | R\$ 18,00 | R\$ 15,00 | R\$ 16,50 |
| 9 | Bauru Frango | | | R\$ 15,00 | R\$ 16,00 | | | | | R\$ 14,00 | R\$ 17,00 | R\$ 16,00 | R\$ 15,60 |
| 10 | Bauru Bacon | | R\$ 25,00 | | R\$ 17,50 | | | | | R\$ 17,00 | R\$ 19,00 | R\$ 16,00 | R\$ 18,90 |
| 11 | Bauru Frango com Bacon | | | | R\$ 19,00 | | | | | R\$ 18,00 | R\$ 22,00 | R\$ 18,00 | R\$ 19,25 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|-----------|-----------|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 12 | Bauru Frango com Calabresa | | | | | | | | | R\$ 18,00 | R\$ 21,00 | R\$ 18,00 | R\$ 19,00 |
| 13 | Bauru Calabresa | | | | | | | | | R\$ 14,00 | R\$ 20,00 | R\$ 15,00 | R\$ 16,33 |
| 14 | Bauru Alcatra | R\$ 20,00 | R\$ 20,00 | | R\$ 19,50 | | | | | R\$ 20,00 | R\$ 24,00 | R\$ 19,00 | R\$ 20,42 |
| 15 | Bauru Alcatra acebolado | | R\$ 25,00 | | R\$ 20,50 | | | | | R\$ 21,50 | R\$ 25,00 | R\$ 20,50 | R\$ 22,50 |
| 16 | Bebida Láctea, sabor chocolate, embalagem 1 lt | | | | | R\$ 7,00 | R\$ 8,20 | R\$ 7,99 | R\$ 7,45 | | | | R\$ 7,66 |
| 17 | Bebida Láctea, sabores diversos, embalagem 1 lt | | | | | R\$ 3,00 | R\$ 7,99 | R\$ 7,49 | R\$ 6,99 | | | | R\$ 6,37 |
| 18 | Bebida Láctea, sabor chocolate, embalagem 200 ml | | | | | R\$ 2,00 | R\$ 3,49 | R\$ 3,00 | R\$ 2,49 | | | | R\$ 2,75 |
| 19 | Bebida Láctea, sabores diversos, embalagem 200 ml | | | | | | R\$ 2,99 | R\$ 2,50 | R\$ 2,00 | | | | R\$ 2,50 |
| 20 | Biscoito recheado, sabores diversos, embalagem 140 gr | | | | R\$ 2,50 | | R\$ 2,48 | R\$ 2,30 | R\$ 1,79 | | | | R\$ 2,27 |
| 21 | Biscoito tipo Cream Cracker, embalagem 400 gr | | | | | | R\$ 4,15 | R\$ 3,09 | R\$ 3, 89 | | | | R\$ 3,62 |
| 22 | Biscoito doce, sabores diversos (coco, maizena, etc) embalagem 400 gr | | | | | R\$ 5,00 | R\$ 3,90 | R\$ 4,49 | R\$ 4,19 | | | | R\$ 4,40 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|-----------|-----------|----------|----------|----------|--|--|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 23 | Cachorro Quente, 01 (uma) salsicha, prensado | | R\$ 9,00 | R\$ 6,00 | R\$ 7,50 | | | | | R\$ 6,00 | R\$ 11,00 | R\$ 7,00 | R\$ 7,75 |
| 24 | Cachorro Quente, 02 (duas) salsichas, prensado | | | R\$ 8,00 | | | | | | R\$ 7,00 | R\$ 14,00 | R\$ 9,00 | R\$ 9,50 |
| 25 | Cachorro Quente, 02 (duas) linguças, prensado | R\$ 10,00 | | | | | | | | R\$ 7,50 | R\$ 15,00 | | R\$ 10,83 |
| 26 | Cachorro Quente, calabresa, prensado | | | | | | | | | R\$ 10,00 | R\$ 12,00 | R\$ 11,00 | R\$ 11,00 |
| 27 | Cachorro Quente, frango, prensado (tipo “Galinhão”) | R\$ 10,00 | | | | | | | | R\$ 10,00 | R\$ 12,00 | R\$ 10,00 | R\$ 10,50 |
| 28 | Cachorro Quente, bacon, prensado | | R\$ 22,00 | | | | | | | R\$ 10,00 | R\$ 13,00 | R\$ 10,00 | R\$ 13,75 |
| 29 | Cachorro Quente, frango com bacon, prensado (tipo “Galinhão com bacon”) | | | | | | | | | R\$ 13,00 | R\$ 14,50 | R\$ 11,00 | R\$12,83 |
| 30 | Cachorro Quente, frango com calabresa, prensado (tipo “Galinhão com bacon”) | | | | | | | | | R\$ 13,00 | R\$ 15,50 | R\$ 12,00 | R\$ 13,50 |
| 31 | Café Expresso, copo 50 ml | | R\$ 3,50 | | R\$ 2,50 | R\$ 1,25 | | | | | | | R\$ 2,42 |
| 32 | Café Preto, copo 50 ml | R\$ 3,50 | | | R\$ 2,50 | R\$ 0,75 | | | | | | | R\$ 2,25 |
| 33 | Café Preto com Leite, copo 50 ml | R\$ 4,00 | R\$ 4,50 | | R\$ 2,50 | R\$ 1,25 | | | | | | | R\$ 3,06 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|--|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 34 | Café Preto com Leite, copo 200 ml | R\$ 3,00 | | | R\$ 5,00 | R\$ 5,00 | | | | | | | R\$ 4,33 |
| 35 | Chocolates diversos, barra 32 gr | | | | R\$ 2,20 | | R\$ 3,19 | R\$ 2,99 | R\$ 2,50 | | | | R\$ 2,72 |
| 36 | Chocolates diversos, barra 155 gr | | | | R\$ 5,80 | | R\$ 6,00 | R\$ 5,99 | R\$ 6,50 | | | | R\$ 6,07 |
| 37 | Doces diversos (Brigadeiro, Beijinho, Olho de Sogra, etc) | | R\$ 4,25 | | R\$ 3,80 | R\$ 4,00 | | | | | | | R\$ 4,02 |
| 38 | Erva Mate, tipos diversos, pacote com 500 gr | | | | | | R\$ 5,49 | R\$ 6,00 | R\$ 6,29 | | | | R\$ 5,93 |
| 39 | Erva Mate, tipos diversos, pacote com 1 kg | | | | | | R\$ 11,00 | R\$ 11,90 | R\$ 12,80 | | | | R\$ 11,90 |
| 40 | Goma de Mascar, sabores diversos | | | | R\$ 0,15 | R\$ 1,75 | R\$ 0,25 | R\$ 0,50 | R\$ 0,50 | | | | R\$ 0,63 |
| 41 | Goma de Mascar, tipo Trident, Freegells, etc, sabores diversos, embalagem com 5 unidades | | | | R\$ 2,50 | R\$ 1,75 | R\$ 1,50 | R\$ 1,75 | R\$ 2,00 | | | | R\$ 1,90 |
| 42 | Pancho | | R\$ 8,00 | | R\$ 6,00 | R\$ 7,00 | | | | R\$ 5,00 | R\$ 12,00 | R\$ 5,00 | R\$ 7,17 |
| 43 | Pastel frito, sabores diversos | R\$ 8,00 | | R\$ 4,00 | R\$ 5,00 | R\$ 5,00 | | | | | R\$ 6,50 | R\$ 5,00 | R\$ 5,58 |
| 44 | Pastel assado, sabores diversos | | | R\$ 04,00 | R\$ 5,00 | R\$ 5,00 | | | | | R\$ 7,50 | R\$ 7,00 | R\$ 5,70 |
| 46 | Torrada Simples | R\$ 8,00 | R\$ 7,50 | R\$ 7,00 | R\$ 7,00 | R\$ 7,00 | | | | R\$ 7,00 | R\$ 13,00 | R\$ 8,00 | R\$ 8,06 |
| 47 | Torrada Completa | R\$ 15,00 | R\$ 16,00 | | R\$ 13,00 | | | | | R\$ 12,00 | R\$ 16,00 | R\$ 10,00 | R\$ 13,67 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---------------|--|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 48 | Refrigerante, sabores diversos, lata 350 ml | R\$ 4,00 | R\$ 4,50 | R\$ 3,50 | R\$ 3,50 | R\$ 3,50 | R\$ 2,44 | R\$ 3,00 | R\$ 2,55 | | | | R\$ 3,37 |
| 49 | Refrigerante, sabores diversos, garrafa 600 ml | R\$ 5,00 | R\$ 6,00 | R\$ 5,00 | R\$ 5,00 | R\$ 5,00 | R\$ 3,49 | R\$ 4,50 | R\$ 3,35 | | | | R\$ 4,67 |
| 50 | Refrigerante, sabores diversos, garrafa 2 lt | R\$ 8,00 | R\$ 9,50 | R\$ 7,00 | R\$ 8,00 | R\$ 7,00 | R\$ 3,99 | R\$ 6,00 | R\$ 4,45 | | | | R\$ 6,74 |
| 51 | Salgado assado, diversos tipo e sabores | | | R\$ 4,00 | R\$ 5,00 | R\$ 4,00 | | | | | R\$ 6,50 | R\$ 5,50 | R\$ 5,00 |
| 52 | Salgado frito, diversos tipo e sabores | | | R\$ 4,00 | R\$ 5,00 | R\$ 4,00 | | | | | R\$ 4,50 | R\$ 4,50 | R\$ 4,40 |
| 53 | Sanduiche natural, sabores diversos | R\$ 11,00 | R\$ 12,00 | | R\$ 6,00 | R\$ 5,00 | | | | R\$ 11,00 | R\$ 7,00 | R\$ 7,00 | R\$ 8,43 |
| 55 | Suco natural, sabores diversos, copo 300 ml | R\$ 5,00 | | R\$ 3,00 | R\$ 5,00 | | R\$ 2,72 | R\$ 2,15 | R\$ 2,29 | | | | R\$ 3,36 |
| 56 | Suco natural, sabores diversos, copo 500 ml | | R\$ 6,50 | R\$ 3,00 | | | R\$ 3,14 | R\$ 3,25 | R\$ 4,19 | | | | R\$ 4,02 |
| TO TA L | | R\$ 140,50 | R\$ 251,75 | R\$ 106,10 | R\$ 236,60 | R\$ 86,35 | R\$ 102,81 | R\$ 88,89 | R\$ 110,22 | R\$ 281,00 | R\$ 346,00 | R\$ 259,50 | R\$ 178,22 |

8.5. A CONTRATADA poderá fornecer outros produtos não relacionados no cardápio mínimo, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados na região, resguardando de a ADMINISTRAÇÃO solicitar pesquisas de preço, de forma a comprovar o preço praticado, se necessário.

8.6. Para fins de apresentação das propostas e/ou lances durante a sessão pública da licitação os itens de 01 a 56 compõem o GRUPO 01; conforme demonstrado no subitem 8.4 do Termo de Referência, cabendo aos licitantes, obrigatoriamente, cotar todos os itens do GRUPO/LOTE, como condição de participação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 9.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 9.5.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 10.16. O cessionário deverá cumprir as normas sanitárias em vigor, relativas a atividade e ,também, as disposições normativas, no que couber, da Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/91), além do Decreto nº 5940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 10.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 10.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.8.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de preços ao consumidor amplo – IPCA- Grupo Alimentação e Bebidas. .

- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 19.1.5. cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. **Multa de:**
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|-------------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| |
|-----------------|
| INFRAÇÃO |
|-----------------|

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
|---|--|------|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

- 19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do grupo.
- 20.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 21.1. Está contratação não gerará despesas para UG.
- 21.2. O preço consta no Laudo de Avaliação nº 74/2018.

22. DESPESAS PERTINENTES AO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA.

- 22.1 Os valores constam no Laudo de Avaliação nº 74/2018.

Jaguarão - RS, 02 de outubro de 2019

FRANCISCO JOSÉ BORGES DA SILVA– Coronel
Ordenador de Despesas do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado